

**A PENÍNSULA IBÉRICA E A UNIÃO EUROPEIA: NEM
ESTA INTEGRAÇÃO NEM O ISOLACIONISMO. DA UNIÃO
EUROPEIA DISFUNCIONAL A UMA UNIFICAÇÃO DE MODELO
FEDERAL DEMOCRÁTICO¹**

**LA PENÍNSULA IBÉRICA Y LA UNIÓN EUROPEA: NI ESTA
INTEGRACIÓN NI EL AISLAMIENTO. DE LA UNIÓN EUROPEA
DISFUNCIONAL A UN MODELO DE UNIFICACIÓN FEDERAL
DEMOCRÁTICA**

**THE IBERIAN PENINSULA AND THE EUROPEAN UNION: NEITHER
THIS INTEGRATION OR ISOLATIONISM. FROM A DYSFUNCTIONAL
EUROPEAN UNION TO THE UNIFICATION MODEL OF DEMOCRATIC
FEDERATION**

Ricardo Condesso² e Fernando Condesso³

Resumo: As *políticas europeias* pós-Delors acentuam a lógica de uma UE com “duas Europas”, uma enriquecendo à custa da outra. A PI tem sido objeto de políticas de austeridade altamente sacrificadoras dos seus cidadãos, como se não houvesse *soluções alternativas no conteúdo e no tempo*. Exigem-se *mudanças essenciais e inadiáveis*. A UE, que criou um “processo-multicrises”, tem de as aceitar, acabando com a atual *autoalimentada recessão* e o retrocesso económico-social a um ritmo hiperbólico, sob pena de colocar em causa o *projeto europeu*. As hipóteses são estas: ou a UE e a zona euro se federalizam e democratizam a favor de todos os Estados ou é necessário criá-lhe, a sul, na área dos Estados negativamente implicados nestas políticas europeias, uma alternativa de integração político-económica.

Resumen: Las políticas europeas post-Delors acentúan la lógica de una UE con "dos Europas", una enriqueciendo a expensas de la otra. La PI ha sido objeto de políticas de austeridad muy sacrificadoras de sus ciudadanos, como si no hubiera alternativas en contenido y tiempo. Se exigen cambios esenciales y urgentes. La UE, que creó este "proceso-multicrisis", tiene que aceptarlas, poniendo fin a la actual recesión económico-social autoalimentado a un ritmo hiperbólico, so pena de poner en peligro el proyecto europeo. Las hipótesis son estas: o bien la UE y la zona euro se federalizan y democratizan en beneficio de todos los Estados, o es necesario crear, al

¹ Artículo recibido el 7 de mayo de 2013 y aprobado el 30 de mayo del 2013

² Doutor em administração pública e políticas do território. Investigador do CAPP.

³ Agregado em ciências jurídico-políticas e catedrático de direito administrativo e ciência política. Universidade de Lisboa

sur, en el área de los Estados implicados negativamente en estas políticas europeas, otra integración político-económica, abandonando este moribundo proyecto paneuropeo.

Abstract: The European policies accentuate the logic of the EU with "two Europes": one enriched at the expense of another. The PI has been the subject of austerity policies with great sacrifice of its citizens, as if there were not alternatives in content and time. Require changes essential and urgent. The EU, which created this process, has to accept them, ending the current recession, economic and social downturn with a hyperbolic rhythm. Chances are these: either the EU and the euro area is federalized and democratized with benefit of all the States, or is necessary to create, in the south Europe, in the area of the States negatively implicated in these European policies, an alternative of the political-economic integration.

Palavras chaves: crise, políticas, união europeia, zona euro, referendo, federação.

Keywords: crisis, policies, European Union, Eurozone, referendum, federation.

Palabras claves: crisis, políticas, unión europea, zona euro, referendo, federación.

Sumário:1.As políticas liberais europeias e o atual processo de desconstrução da EU.-2.Alternativas não liberais à crise. Fim da austeridade.-3.Portugal face à incapacidade da EU e hegemonização dos interesses dos Estados do norte europeu.-4.A federação paneuropeia ou a federação suleuropeia?

1.As políticas liberais europeias e o atual processo de desconstrução da UE

A atual UE revela-se já um processo de “desconstrução” para uma parte significativa dos seus Estados. As *políticas europeias* têm acentuado o resvalar para uma insuperável lógica de “duas Europas”, a que se constrói e a que se destrói.

Independentemente das reformas institucionais de que Portugal necessita⁴, em geral elas bloqueiam a possibilidade de parte dos Estados poderem progredir económico-socialmente, fragilizando-os por visões nacionalistas (que vão engrossando a balança de pagamentos de uns, sem compensações financeiras adequadas dos outros).

A atual UE aproveita as crises (que, em grande parte, provoca), para acentuar exponencialmente os *acelerados desequilíbrios dos défices e dívidas públicas*, ao não

⁴ CONDESSO, Ricardo -*Las Estructuras de Gobernación en Portugal ante Las Asimetrías de Desarrollo Territorial. ¿Qué Modelo Seguir?*. Tese doctoral.BUNEX, 2012.

prestar apoios solidários ao relançamento do desenvolvimento dos países em dificuldades. Leva a *crescente recessiva “austeridade”*, económica e socialmente destrutiva.

Portugal, na generalidade, empobrece (à exceção, num ambiente de *crescente desigualdade de rendimentos*, do terço que vê devolvidos na “mesma” proporção os seus gastos). Por isso, vivemos uma *época de revolta, desnortes, excessos e fracassos repetidos*. Com uma governação nacional e europeia que pôs o país a funcionar *para trás e para fora*.

Nada justifica que a UE condene mais de 2/3 dos portugueses a sacrifícios impensáveis e ao empobrecimento contínuo. Assim como à degradação do seu constitucionalizado modelo de Estado social.

2. Geração dilemática, num presente perdido e face a um futuro incerto

2.1. As atuais gerações portuguesas que vivem, em conjunto, esta crise, integram os que, na década de sessenta, viveram o dilema de, ou ficar no país e sofrer a submissão a um dictat de guerra, exclusão da vida pública, imposição a valores irracionais, fora de época, ou emigrar e sofrer a distância das gentes, dos afetos e dos espaços umbilicais, tal como integram os que ascendem agora ao mercado de emprego, com percentagens de formação superior como o país nunca tivera, após um esforço nacional de preparação e ensino, nunca visto. Aquelas, no fundo, à espera do fim de um regime já velho e que uma nova pátria renascesse. Terra de todos e para todos. Outro tempo. Outros momentos de tensão vital. De luta entre liberdade e ditadura. Os mais novos, confiantes no prometido *Estado Democrático Social*, um Estado num país para todos. O *homem ocidental no pós-guerra* – e os portugueses ainda colhemos, mesmo que mais tarde, já com a democracia, os *frutos de avanço civilizacional*– viveu esses frutos de um assinalável *salto económico-jurídico-social*. Isto, associando habilmente *Mercado, Estado e Sociedade*, desenvolvimento económico-social, bem-estar, Estado democrático social, respeito pelos *direitos fundamentais e pelo Pacto Constitucional*, centrados no princípio conatural à vivência da *liberdade*, do respeito pelos *direitos laborais e sociais conquistados* e pela *dignidade da pessoa humana*.

Tudo assente numa *GrundNorm*, na Constituição, que em Portugal foi, primeiro semi-negociada ou semi-imposta pela facção que acabou por dominar o movimento militar libertador da ditadura, mas que, depois de 1982, se foi tornando *base do consenso* e, em geral, até 2011, respeitada. Mesmo que *alterada*, era-o desejavelmente num *revivificar-se pela atualidade*, num situar-nos num seu *reinterpretar*, assente na natural lógica da *soberania geracional*. Não era um *impúdico rasgar de direitos* ou um *alterar sem procedimentos* e contra a *avassaladora vontade da sociedade*, como vemos agora nos países do sul europeu face à situação financeira dos seus bancos e Estados. Hoje, pelo contrário, vivemos um *sentimento de frustração democrática*, a um tempo larvar, a um tempo recalcada, pela falsa crença, bem publicitada, de que *não há alternativas à austeridade e ao desapossamento ilegítimo*. De desilusão em desilusão, mudando ou não, quem nos governa, face ao *inadequado funcionamento geral*, degenerado, de um *sistema político-partidário*, ainda novo no tempo histórico, mas já velho nos *vícios copiados* de outros; *governança* que nunca se sonhou tao ativa ou tao permissiva na sua capacidade de admitir virtualidades tao destrutivas do *ser hodierno do homem ocidental*, do homem europeu. Como se, neste *não modelo de globalização e liberalização*, a alternativa ao *ocidentalocentrismo* fosse apenas o contágio ao *abandono dos valores civilizacionais sociais* que este construiu!. E assim, de novo, no nosso país, vivemos momentos de grande tensão. Agora, não já pela liberdade, mas *pelos direitos, pelos rendimentos e patrimónios espoliados ou bloqueados* a muitos trabalhadores do Estado, reformados e outros sacrifícios impostos às classes médias e mesmo às mais débeis. Avança-se rapidamente para uma tensão, já não contra uma ditadura, distante e esquecida, e por isso *desvalorizada*, mas *contra uma democracia*, que afinal, muitos descobrem agora que também permite este estado de coisas, afirmadas como única solução.

Qualquer política tem *alternativas*, pois se não houvesse alternativas na política, não se compreendia o *interesse da democracia e da razão do poder da escolha*. Sabê-lo, leva a *culpar as opções concretas*, os fautores que lhes deram origem ou não as sabem ultrapassar. Mas, em democracia, o poder afirmar e convencer a maioria, de que só há um caminho e que ele é contra tudo o que se sonha em democracia, se faz render apoio inocente ao *poder instalado* que o afirma, também *coloca em causa o sistema* que não viabiliza imaginação de alternativas.

Vivemos, cada vez mais, esta perigosa tenção, que *compara já a liberdade, num prato da balança, e o bem-estar, crescentemente confiscado*, o dia-a-dia de uma maioria sacrificada para além dos *limites materiais e de justiça aceitáveis*, por parte do poder dito democrático, no outro. Como aceitar uma democracia em que a alternativa de homens e partidos não leva a alternativas de políticas? Que esmaga, de uma penada, as expetativas, dos mais velhos aos mais jovens. Por uma crise que vem de fora. Por uma década de crise que vem de dentro. Do próprio *funcionamento do sistema político de governo democrático*. A que se seguem *políticas anti-sociais*, impostas pelos parceiros europeus e aceites docilmente pelos governos nacionais. Desprezando, assim, a própria dignidade do sacrifício com sentido. Porque o impõe só para poder *acertar números e pagar dívidas*, que a maioria não fez, nem teria querido, em ditadura e muito menos em democracia, tal como não quer esta *pressa regeneradora de contas*, em termos brutais, à custa do cidadão comum e não dos responsáveis, em que nem se quer tocar. Culpas de uns anulando culpas de outros, corrupções empatando clarificações, erros presentes e futuros esperando perdão dos perdoados do passado.

Importa perguntar: porquê esta *austeridade brutal*, só para vencer um *número orçamental abstratamente fixado no âmbito europeu*, e em nome de uma cientificidade nunca honestamente comprovada, antes repetidamente reprovada.

Os *acertos orçamentais*, quando os défices tenham resvalado excessivamente ou orientados para investimentos errados, numa invocação falso keynesianismo, mesmo que possam ser objetivos até certo ponto desejáveis, justificáveis, em períodos normais, a verdade é que, agora, em situação de crise, em momentos anticíclicos da economia e, ainda por cima, no *tempo recorde* (aliás, imposto dotatorialmente), não tem sentido e será *comprometedor do futuro*: diretamente para a economia e reflexamente para as próprias receitas do Estado e para a capacidade futura de cumprimentos financeiros. Aqui, como noutros países da nossa envolvente sul-europeia condena-nos a um colossal retrocesso. E, por isso, hoje, há o perigo de começar a esquecer-se o valor liberdade. Instala-se insidiosamente a *descrença nas alternâncias eleitorais sem alternância de políticas, de conceções, de objetivos, de soluções*.

Vão-se impondo e aceitando *medidas de contra-revolução social*, que nos dizem que são inevitáveis. Mas não é isso que impede que se deixe de acreditar nesta geração de *dirigentes políticos, meros mensageiros, anunciadores e contabilistas*. Que se

demitem de governar a sociedade no seu todo e para o seu todo. E é isso a política. E reduzem o Estado à *inercia real*, no que é fundamental, perante os outros poderes nacionais e exteriores, culpados da crise ou da imposição desumana de medidas falsamente corretoras. E quando atuam, é para os sustentar, *sem verdadeiramente os responsabilizar nem os reformar*. Não para os questionar, os obrigar a repor, os *criminalizar* a sério e prontamente, mas para os servir. Sem impor a supremacia, de que falava São Tomás de Aquino, do *bem comum sobre o bem individual*, antes ao serviço dos interesses particulares dos mais poderosos e maiores possidentes.

Somos dirigidos por uma *classe política ocidental*, que sabe a fim de época, de grandes projetos que outros conseguiram imaginar e iniciar e ela nem sequer consegue defender e manter, quanto mais concluir, o que caberia ao seu tempo. Que lançou ou permitiu as condições para o *renascimento de um capitalismo selvagem*. O que tem permitido cavar, cada vez mais, o *fosso social*. Ao sabor das ideias neoclássicas, liberais, fomentando abissais *diferenças de rendimentos e remunerações*, com a *fortuna concentrando-se* em poucos, com a *destruição de empregos e do social*, em sociedades que já haviam provado um bem-estar ocidental, mais ou menos relativo, mas já penosamente adquirido. E isto, sem nada de valor humano e social acrescentar às sociedades orientais de escravatura anterior.

O Estado foi convivendo com *políticas fiscais ultraliberais*, o que não levou a aumentar investimentos ou a riqueza dos países que o fizeram, pois as margens significativas de capitais não captados voaram para outros paraísos, muitas vezes de mão-de-obra escrava, acabando apenas por comprometer os sistemas de educação e saúde públicas de décadas.

Numa crise que perdura sem fim à vista, o que acaba por contar não são justificações duvidosas e promessas, mesmo que não fossem contraditórias sobre o bom futuro, mesmo que repetidas à exaustão, na falta de medidas corretas que alterem ou minorem a situação, propaladas por um mundo político-académico-jornalístico, questionável e não questionador do *satus quo*, melhor ou pior selecionados, melhor ou pior preparados, O que conta são os atos concretos de quem governa e a sua repercussão no dia-a-dia de quem é governado.

Confisca-se ou protela-se parte de ordenados de alguns e seus subsídios laborais e perdem-se habitações. Mas não as ações ou os grandes lucros financeiros recolhidos

anteriormente, até com escandalosa antecipação da sua distribuição, para evitar impostos. Com o dinheiro do povo *salvam-se logo bancos, banqueiros e credores, expolíticos*, mas não se salvam essas *habitações hipotecadas, recheadas de cláusulas leoninas e formuladas com abuso de direito*, nem os *empregos nas famílias*, nem se promove o dos *jovens* que preparamos para fazer avançar a nossa sociedade, nem o *tecido empresarial, as PME, os investimentos reprodutivos, de efeito multiplicador, de alto valor acrescentado* para o país, a economia....

Mantém-se a confusão e o despautério, quer de *bancos putativos* (bancos-“sombra”), quer de *bancos comerciais*, que se permitiu legalmente que se tornassem *banca mista, de tipo comercial, com depósitos e teoricamente de apoios às empresas*, mas podendo e atuando, livremente, aliciando os meros depositantes, enganando muitas vezes, para favorecer *jogos financeiros* e os chamados *novos produtos internacionalizados*, que usam e abusam, aconselham, compram e vendem, sem sequer saber o que significam e o que valem e com que uns países acabaram por expropriar a riqueza de outros.

Tudo isto o Estado não controla, com os governos convertidos à tese do bom Estado mínimo, em nome de *teorias de liberalismo económico*. Mas depois, Estado e causadores, esquecendo que liberdade vai com responsabilidade, não deixam de apresentar a dura e traumatizante fatura ao *cidadão comum*, cinicamente em nome do bem-comum: não o fazer teria sido pior para a economia e os cidadãos, dizem. O cinismo não está neste argumento correto, mas na prévia demissão voluntária para deixar enriquecer alguns e na missão invocada depois para levar ao seguro empobrecer de todos.

O mundo convive, hoje, com *políticos -não cidadãos em serviço cívico*, mas homens transformados em classe social à parte-, que o povo perigosamente vai considerando *parasitária*, quando não –pior ainda- *corrupta*, viciada por anos de permanência em *funções de representação pública e serviço partidário*. E que veio permitir, primeiro, os *desmandos gananciosos de um capitalismo financeiro associal* e a *vitória de uma teoria liberal anti-social*. Políticos que, embarcando na doutrina económica liberal, não quiseram prevenir os erros dos agentes económicos. E depois saltam (com o dinheiro que não é seu, nem deviam dispor livremente e muito menos para além do razoável e em democracia sem o consentimento geral; e dinheiro que aliás

não é só dos contribuintes em geral, mas também de certos cidadãos que já pagaram os seus impostos, fruto de seu labor, em claro confisco patrimonial) saltam para salvar os que antes mais lucraram com os seus desmandos e risco moral e que fomentaram as crises da Crise e agora continuam com jogos de notações, provocações de pânico, pressões sobre a União Europeia, sobre os Estados, etc., para, de novo, terem acréscimos exponenciais das suas fortunas.

Temos *políticos* que vão atrás desta *globalização*, governados eles e governada ela pelos titulares das grandes fortunas mundiais. Temos políticos da União Europeia fracos, desorientados, propondo e calando, dominados pela impositividade dos Estados fortes do Norte. E temos dirigentes nacionais perdidos e obedientes, esquecendo que, antes de mais, antes de serem globais ou unionistas, são políticos de um Estado, de uma nação. Honrar compromissos não é permitir aviltamentos do seu povo, não é andar de corda ao pescoço. Não é querer que as oposições se anulem comprometendo-se sem governar. Não é querer que o povo pague sem responsabilizar. Nem é aceitar anómalos e não solidários dictates supranacionais. Ainda temos alguma soberania. E muito maior secularidade que os restantes países europeus. Ser mais pequeno e menos desenvolvido não retira necessariamente estatuto, altura, a quem não se baixe. Somos um Estado-Membro da União. Mas ser Membro não é ser servo ou súbdito. Neste aspeto, pena é que a atuação de DE GAULLE a nível europeu, que chegou mesmo à “política de cadeira vazia” (embora provavelmente, na minha opinião, não pelos melhores motivos), não tenha ensinado nada aos nossos atuais políticos. Perante os atuais egoísmos germânicos e em geral dos britânicos, e suas anteriores atuações e atuais opções erradas, o que não seria uma política de cadeira vazia, sobretudo se não apenas de um Estado, mas do concerto de todos os países em dificuldades do sul europeu e periféricos?

O mundo caminha para propiciar *fortunas colossais a um punhado de grandes famílias capitalistas*. E, simultaneamente, *compensar com rendimentos substanciais os Estados que os acolhem*, permitindo a exploração dos seus cidadãos. Estes ganham, ao provocar a crise, com a inércia da política ou com políticas inaceitáveis; e ganham também com a crise, com o poder de os políticos disporem a seu favor do dinheiro daqueles à custa dos quais já haviam ganho anteriormente.

Face à demissão dos políticos desta geração, deixando que os mercados funcionem sem regras no essencial, incapazes de ter evitado a crise e não querendo

preparar-se para evitar a sua repetição no futuro, embora continuando a confundir-nos com tantas outras normas, que criam a ideia não só de suficiência como mesmo de – e esta é real- hiperinflação normativa. Há, realmente, muitas leis e organismos, aquelas para confundir, estes para distribuir cargos e benesses. Mas faltam as que eram mais necessárias para as finanças e as economias, nacionais, unionista e mundial. Permite-se e depois compensam-se gestões erradas assentes em excessos de risco moral, à custa dos depositantes, investidores e cidadãos. Sem controlo, com uniões económicas e globalização funcionando, em qualquer situação, em liberdade absoluta de circulação de capitais, com os políticos ocidentais às ordens dos tenores liberais e ao serviço dos grandes interesses capitalistas, permite-se, de um momento para o outro, sem aviso, com pânico fundado ou meramente soprado por interesses especulativos, a volatização de economias mais frágeis ou menos invadidas por capitais que, naturalmente, buscam a exploração fácil de mão-de-obra escrava. O mal, como já dizia Marx, acerca do século do início da revolução industrial, não é dos homens, é do sistema que o permite.

O mundo político ocidental demitiu-se de exigir uma globalização assente meramente nas vantagens comparativas relativas – e isso seria justificável. Ou seja, não temos uma unificação ou globalização num mundo sem batota competitiva, mas assente em baixo salários e em dumping social. Devíamos exigir pelo menos um mundo sem escravidão humana e com padrões mínimos do Estado Social ocidental e, portanto, uma concorrência internacional leal. Sem isso, estamos a negar que tivesse tido sentido esse desafio histórico plurissecular, pelo ocidente já vencido. Mas hoje a ser destruído, para, no futuro, ser algo seguramente a reconquistar, mesmo que com lutas, de novo, sangrentas. E com tudo isto, vão-se empobrecendo as sociedades ocidentais, com os seus capitais e empresas a deslocarem, sem qualquer entrave, as suas tecnologias e finanças para o mundo da, ainda, produção barata, escrava, ampliando-se rapidamente fortunas de alguns à custa dos rendimentos e impostos dos seus Estados de origem, que vão empobrecendo. Os Estados mais fortes, designadamente os do Norte europeu, por isso mesmo os que mais beneficiaram com as liberdades económicas da CE, têm enriquecido à custa também dos países mais débeis do Sul e Periferias, e sem as devidas políticas expansionistas, sem aumentos salariais, despromovendo assim consumos e importações, criando pois balanças e rendimentos financeiros nacionais excedentários e desequilíbrios excessivos a nível da riqueza geral da União. Excedentes que, depois, para lhes dar uso, tiveram que enviaram para um sul carente, bastando para tal

desvalorizar a taxa de juro e, assim, de novo com lucro, endividando-o ainda mais, face às ganâncias e irresponsabilidades dos agentes financeiros e às políticas laxistas dos governos deste espaço da União.

O *projeto europeu* não é democrático, só porque é feito por países democráticos. Só o será se for *feito por todos* os países envolvidos e sustentadamente *a favor de todos*. A sua proclamada *originalidade* face às experiências federais, ou esconde o falhanço não assumido de um projeto, ou é um argumento dos Estados, organizações e interesses dos que beneficiam com as suas insuficiências, incoerências e falta de solidariedade federal. O momento presente demonstrou à sociedade que a Europa falhou como construção geral, em si mesma, e face à força de outros Grandes Espaços, hoje andando ou a duas velocidades, em muitos domínios, ou às ordens dos Estados mais poderosos. Que antes foram aliciando os Estados mais débeis com o dinheiro barato que lhe sobrava e com a crise no-lo exigiram rápido e caro. Falhou pela falta de apoios necessários, insuficientes antes e descontinuados agora, aos Estados mais débeis económico-socialmente. Falhou ao permitir desviar (sem viabilizar compensações adequadas que não a atual austeridade às periferias), as riquezas de uns países a favor de outros, em vez de eliminar em geral as assimetrias de desenvolvimento que vinham aumentando e que esta austeridade compromete ainda mais e por décadas. Falhou ao avançar com estruturas que tocam no âmago das questões de soberania ou as podem questionar: uma deficiente União Monetária, um absoluto e -em certos momentos de crise- inadequado regime de livre circulação de capitais, e mesmo um Banco Central anti-democrático e estatutariamente pouco europeu. Falhou ao não ter uma efetiva política económica comumente assumida, democraticamente aceite por todos; ao ter esse pseudo-banco central, sem ter uma reserva federalizada e um real orçamento federal. Falhou ao não avançar com uma verdadeira unificação política entre Estados soberanos e portanto iguais. Não esta dita original, ao sabor de gostos e poderes dos Estados mais poderosos. Mas, segundo um dos modelos já experimentados e empiricamente convencedor. Falhou porque à Alemanha, demasiado forte na competitividade económica e no plano político, se lhe permitiu ter capacidade de impor os seus interesses sem contemplações, como ela finalmente revelou, pese o seu anterior histórico discurso europeísta.

O *problema maior* é que a Europa ou é uma construção global coerente ou não pode ser. E ou é uma UE ou sempre será desunião, como a história secular sempre o revelou, mesmo que disfarçada numa designada União. A UE chamou a si as consequências da crise moral e liberal do capitalismo americano e – aproveitando o momento errado para corrigir as próprias deficiências orçamentais dos seus Estados, mas sem corrigir as suas – impos austeridade, desempregos, decréscimos económicos, destruições do estado social.

É este o mundo europeu em que vivemos. De duas, uma: ou há ainda forças despertas e capazes de se rebelar contra os arautos do excesso de liberalismo e Estado mínimo, de *umlaissez-faire*, *laissez-passer*, a nível mundial, europeu e nacional, e contra todos que o têm viabilizado: desde os políticos aos académicos e jornalistas, que, conscientemente ou não, de cabeças formatadas pelo ensino destas últimas décadas, acreditam nos seus falsos milagres ou servem os interesses que lhe subjaz; interesses, aliás, também já senhores da Grande Comunicação Social e influenciadores das orientações das grandes instituições académicas; ou um dia acordaremos a regressar de novo, numa escala nunca imaginada, à questão social, se não mesmo a governos populistas e a ditaduras curativas. De facto, se continuarmos pelo discurso da economia dominante, de flexibilidade em flexibilidade por razões de competitividade global, então o caminho está traçado: vamos alinhar por baixo, no modelo chinês antissocial e antidemocrático.

A Europa foi vivendo ao longo de séculos na nostalgia de um desenho unificador e pacificador. Na contemporaneidade parecia ter percebido o irrealismo dos sonhos francês e alemão de um mundo centrado pela força militar em Paris ou em Berlim. Mas esta não é a única força que submete. Hoje, pode até nem ser a manifestação de “força” mais dolorosa para os povos, como o revela o momento presente. O último meio século europeu tem balançado entre uma via de instituições federais ocidentais, frustrada na Assembleia Nacional Francesa pelo gaullismo, então nascente, e o *iter* unificador funcional e paulatino de Robert SCHUMANN E Jean MONNET, até ao avanço, por um lado, de um JACQUES DELORS, equilibradamente intervencionista e evolucionista e, por outro, dos ataques liberalizantes de THATCHER, o Ato Único Europeu, os Tratados desde Maastricht, cujas configurações teriam sido outras se as posições do Tribunal da CE e o pensamento genuíno da Comissão de então não tivessem também de ceder ao

liberalismo, às situações a la carte ou a castrações parciais, para não comprometer o futuro do projeto europeu. Hoje, vivemos muito dos erros anteriores da construção europeia, mas também novos problemas, que resultam da revelação da falta de espírito europeu e da solidariedade que se impunha. Exigem-se mudanças radicais. Não se vê uma vontade de as assumir. Que nos reservará o futuro?

3. Alternativas não liberais à crise. Fim da austeridade

Havia *soluções alternativas no conteúdo e no tempo*. E ainda há soluções *relativamente corretivas*. Alternativas, a exigir *mudanças essenciais e inadiáveis*, que teriam de ser aceites externamente, porque o impasse colocaria em causa o *projeto europeu*. Desde logo, alternativas de *modelo misto*. Os *países dos credores*, estes mesmos e as instituições supranacionais deviam sentir-se *fortemente implicados no próprio desenvolvimento económico dos países da UE em dificuldades*, como condição de mais rápido e mais compensado recebimento dos créditos pelos seus sistemas bancários.

As Instituições da UE estão reféns dos *interesses programáticos e eleitorais* de Estados economicamente fortes, face a uma Comissão sem autoridade, um Parlamento despido da plenitude de poderes legislativos e fiscalizadores, tudo convivendo com submissos líderes dos Estados do Sul e de outras periferias. Há, neste “processo-multicrises”, uma forte responsabilidade europeia, com uma *reincidente autoalimentada pesada recessão*, o retrocesso económico-social a um ritmo hiperbólico.

Tudo sob a sua batuta e de ideologias conservadoras, anti-sociais⁵. Não só não há uma fronteira a partir da qual a dívida pública implique uma redução significativa do crescimento, como, pelo contrário, é o baixo crescimento do PIB que leva à dívida pública.

KEYNES, embora necessitando de certa adaptação aplicativa ao mundo de economias tao irracionalmente abertas, mantém toda a atualidade. A *austeridade* e o corte da despesa pública não são condição de progresso económico, pelo contrário são contraproducentes. Uma coisa é certa, a atual recessão exige *rápidos estímulos* que respondam aos problemas imediatos do *desemprego e do retrocesso* ou fraco

⁵ Portugal: Memorandum of understanding on specific economic policy conditionality, 3 May 2011, http://www.anmp.pt/anmp/doc/Dsg/2011/Memorando-FMI_BCE_CE1230044.pdf.

crescimento na Europa e EUA. Para prevenir o tipo de crises financeiras, que podem motivar as recessões e depressões, exige-se uma melhor *regulação do sistema bancário e dos mercados financeiros* (o que Carmen Reinhart e Kenneth Rogoff, divinizadores pseudo-científicos da austeridade, também já defendem⁶).

A UE coloca, primeiro, os países das suas periferias, a funcionar para trás, e, depois, para fora. Antes, durante e depois das crises, está provado que a UE serve sempre e só ao *enriquecimento dos países à partida mais desenvolvidos*. Com os *governos neoliberais*, estes aceleram ainda as suas, por vezes, pseudo-vantagens comparativas, com *dumping* laboral e noutras áreas do Estado Social. Por fim, na crise, que a sua anterior *lógica restritiva de importações e concorrencial de exportações* impôs face aos países mais débeis ou com mais forte Estado Social, eles voltam a enriquecer com exigências excessivas que apenas servem os seus sistema financeiro e economia em geral.

5.Portugal face à incapacidade da UE e hegemonização dos interesses dos Estados do norte europeu

5.1.O Portugal do entusiasmo por esta UE e por este Euro já não existe.

Ele próprio constata as suas insuficiências e os erros de contágios vários. A sua classe política começa a falar sistematicamente no tema da Reforma do Estado. Ela, de facto, é necessária, mas para repor muito do que o Memorandum e a política governativa atual tem destruído, no plano político-económico-social, tudo urgências várias, bem atuais, que a cruel miopia dos atuais dirigentes da Europa e dos países do sul torna mera utopia. Importa que ela avance em muitos aspetos que são a causa da acusa da crise, estão antes dela e favoreceram-na ou ampliaram-na mesmo.

Há que:

1.º-Disciplinar legalmente o sistema financeiro:

Impõe-se a *interdição do sistema bancário* permitir o acumular dos bancos comerciais (a retalho e que recebem depósitos) com atividades próprias dos bancos de

⁶ “This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly”. <http://press.princeton.edu/titles/8973.html>

investimento-especulação e eliminação dos bancos putativos (bancos-sombra, na terminologia anglo-saxónica hoje corrente, que não recebem depósitos, não têm que respeitar o direito bancário, pedem emprestado barato e emprestam, independentemente de cálculos de real risco, a taxas altas);

2.º- Rever o sistema fiscal:

Impõe-se o apoio fiscal à constituição e vigência de PME de bens transacionáveis e outras trabalho-intensivas;

3.º- Alterar o direito das sociedades

Impõe-se uma grande transparência e a criação de normas remuneratórias supletivas nas grandes empresas (a menos que uma Assembleia Geral com exigência de quórum de presenças altamente qualificado decida de outro modo), ou seja, há que rever o *direito das sociedades comerciais*, de mão pública ou particular cotadas em bolsa e outras de capital difuso, no sentido da imposição de toda a transparência nas suas contabilidades e investimentos estrangeiros e com exigência de maioria qualificada para alterações de remunerações dos quadros da Administração e outros altos dirigentes acima das que devem passar a ser fixar legalmente, em defesa das minorias, com ou sem direito de voto, e do disperso capital popular.

4.º- Constituição e direitos dos trabalhadores:

Impõe-se a reposição de toda a legislação sobre direitos dos trabalhadores, favorável a estes, criada pelo regime ditatorial e vergonhosamente apagada no presente e de todos os restantes direitos criados no pós-25 de abril, neste caso como em muitos outros exigindo-se imediata e profunda reformulação do memorando com a troica. Não questionar nem remunerações nem outros direitos sociais e voltar a políticas ativas de redistribuição do rendimento nacional.

5.º-Privatizações de empresas rentáveis:

Impõe-se pôr fim imediato aos processos de privatização e de concessão a particulares (águas, etc.) do setor económico estratégico do Estado ou ligadas a direitos fundamentais (consagração pela ONU do direito humano á água, etc.), agindo apenas no sentido da sua reforma em ordem a não implicarem, na sua gestão, encargos permanentes para os contribuintes (definição de um critério de inalienabilidade, que não

ligado apenas ao atual mero escopo de pagamento de dívidas públicas ou de equilíbrios orçamentais conjunturais).

6.º- Reformas das reformas, segundo critérios de justiça social:

Impõe-se a fixação de um montante global máximo de reforma de qualquer pessoa, tendo em conta o agregado familiar; e retirar quaisquer impostos e contribuições sobre as mesmas; no imediato, nenhuns encargos em montantes até 750 euros; acabar com o subsídio político de pessoas que tenham, por outra fonte, remunerações (por lucros empresariais ou por trabalho por conta de outrem) ou reformas de, pelo menos, 5.000 euros mensais.

7.º- Despesas públicas

Impõe-se manter despesas públicas relacionadas com bens públicos, mas não as efetivar em ais infraestruturas dispendiosas e atuações economicamente não multiplicadoras do rendimento nacional bruto, embora tudo sob aprovação e fiscalização parlamentar e com as opções não consensuais, sobre o que fazer ou não, e onde fazer, sujeitas a referendo nacional;

8.º-Adaptação do sistema de governo face à experiência destas décadas:

Impõe-se enveredar por um sistema de governo centrado no parlamento, sem deixar no entanto resvalar para soluções com aspetos de parlamentarismo que a história nacional tenha demonstrado menos adequados à cultura nacional face à experiência passada, eliminando-se a eleição direta de figuras (desde logo, do PR, pois já nos desforramos suficientemente do Salazarismo pós-Humberto Delgado) cuja capacidade de intervenção pública não o justifique e relegislando sobre partidos políticos, admitidos que sejam não apenas por afirmarem garantir a alternância democrática, como interditando as situações que comprometam o mérito dos Deputados e a liberdade destes e da AR, o que exige não só a admissão de listas independentes (mesmo conjunturais ou temáticas) e listas partidárias abertas ou mesmo em sistema de panaché; com imposição constitucional de votação positiva dos programas de governo, como a não inclusão dos líderes das estruturas partidárias na governação, sob pena de ser o governo de líderes partidários a mandar no parlamento e não este a fiscalizar o governo, em termos um parlamento que decida livremente no plano legislativo e de apoio ao governo ou às suas políticas, e impondo às oposições o anúncio do elenco do governo sombra, ninguém

podendo assumir funções no governo sem um mínimo de “sufrágio” eleitoral, sendo mesmo de colocar a questão de, quando os ministros não saiam depois, por qualquer razão, do anunciado governo-sombra, pelo menos terem de sair do elenco parlamentar e ser aprovados pelas comissões parlamentares na respetiva matéria de atribuições governativas;

9.º- Regionalização autárquica

Impõe-se concretizar a regionalização autárquica do Continente, no respeito pela Constituição (terminando com as atuais figuras associativas que são inconstitucionais), retirando a clausula da simultaneidade e apoiando um processo prévio à representatividade direta dos seus dirigentes, por concentração from below, das atuais AM, CIM, municípios, pondo a dirigir as estruturas territoriais inframunicipais os diferentes vereadores camarários e terminando com serviços locais semelhantes em áreas dispersas não justificadas. No espaços municipais, concentrações em função da população; nos espaços inframunicipais, delegações de poderes em vereadores, em estruturas sem personalidade jurídica, dependentes do governo municipal; em espaços supramunicipais, forte concentração territorial com representatividade direta (entre os três territórios segundo a ideia napoleónica dos três reinos e os sete do modelo funcional da CCR (atuais CCDR): Região de entre minho e douro (com exceção do território litoral a norte do douro, integrando já a AMP); região de entre douro e Mondego (com exceção da área a sul do douro integrando a AMP); região de entre Mondego e Tejo (integrando os municípios de Coimbra e Figueira da Foz); região de além Tejo e Algarve (sem atual território sul do Tejo da AML), região do Grande Porto e região da Grande Lisboa, com capitais ligando terra e mar: para onde o país precisa urgentemente de se virar e apostar, no litoral, ou quando aqui já haja centros litorais de forte desenvolvimento em lugares territoriais centrais.

5.2. Portugal, tal como o Sul europeu e as periferias, só podem existir numa outra conceção de Europa. Em que não caibam *países ultra-excedentários assolidários* com o todo, esmagadores e usurários, exploradores com moeda forte e castigadores de consequentes exportações fracas dos outros.

A *Europa conservadora*, divorciada do pensamento dos seus fundadores, é culpada de aproveitar as *fraquezas* que cria e não colmata, para nos sujeitar a lógicas de *austeridade e recessões*. Culpada de ter aberto sem restrições o seu *espaço a rumos de*

*capitalismo selvagem, sem justiça social. De Estado mínimo e capturado. Da livre autorregulação dos grandes interesses financeiros. Da aceitar a liberalização e a globalização sem regras e sem olhar aos interesses do todo*⁷.

Que esperar do *conservadorismo ideológico dos países mais fortes, que se tem acentuado nos últimos tempos*, da mediocridade funcional da Comissão Europeia e da inércia reivindicativa dos atuais líderes dos países em dificuldades?

Que fazer perante este quadro de uma Europa “sem governo próprio”, com governos estaduais neoliberais em Estados prepotentes mais fortes?

Sem projeto, em termos de poderes e funções das Instituições, que a todos sirva, em geral e em momento de crises, com BCE e zona euro “a la carte” e truncados, uma Comissão confiscada, um Parlamento desvalorizado, a existência de um Estado “macrosoberano”?

Com esta UE, cada país em dificuldades está para já bloqueado na sua capacidade de superação e, no futuro, viverá em permanentemente debilidade crónica. Esta UE não serve.

Mas será que tal só tem uma solução, no imediato e a curto prazo, pior do que deixar-se arruinar paulatinamente às mãos desta UE: a solução de sair do Euro e da União?

Temos que concluir, então, que não há saída, tal como o indivíduo, perante a perspetiva da morte certa?

Mas as sociedades, enquanto agrupamentos mutantes, podem ter sempre saídas, só desaparecendo quando vão definhando por se deixarem submeter.

Se Portugal, por um lado, não pode ou não deve, de todo, continuar a aceitar este caminho de depauperamento ou de grandes retrocessos, por outro, também não deve sair da UE nem *regressar ao Escudo* (não deve logicamente voltar a uma moeda meramente nacional), nem a *políticas isolacionistas* (fechar-se economicamente, voltando em geral a políticas protecionistas, designadamente aduaneiras, perdendo no futuro

⁷ CONDESSO, F. -*Derecho de acceso de los ciudadanos a la información. Cuestiones y fundamentos politológicos, económico-financieros, comunicacionales y ambientales*. Tomo I, EUA, RU, Tubinguen: LAMBERT ACADEMIC PUBLISHING GMBH & CO. KG, março de 2012, 646 páginas.

oportunidades de investimentos estrangeiros multiplicadores e criando complicações às suas exportações de bens transacionáveis).

Mas também nem pode continuar a cumprir todas as *políticas de abertura unionista e global de natureza comercial e financeira*, ligadas às quatro liberdades e à mundialização desregrada, sobretudo em fases de dificuldades e face à inexistência de uma *política económica, fiscal, social única* e antes ao crescendo de *distanciamento da competitividade relativa*, por *dumping laboral-social* em geral de outros Estado (e não de reais e clássicas vantagens comparativas ligadas a naturais condições de superioridades, tais como matérias-primas, clima, distâncias, tecnologia inicial, na linhas das teorias da “economia situada”⁸.

Não pode continuar a aplicar cegamente o direito administrativo económico-financeiro (sem exceções justificadas, mesmo que temporárias) deste espaço comercial europeu (e o mesmo se diria se ficasse no Espaço Económico Europeu⁹).

Então, como sair desta contradição de não poder ficar nem poder pensar-se apenas no mero espaço nacional (sem voltar ao período pré-CEE 1986)?

Assente o óbvio (que nada tem de antieuropeísmo, mas de realismo), que Portugal, como aliás outros Estados (de metade da Europa), não têm futuro neste modelo de zona monetária e “unionista”, que fazer?

Face à inaceitável degradação das prestações sociais e à lógica da desvalorização laboral, há quem defenda que a opção não pode ser “sair do euro, para voltar a imprimir a nossa moeda e desvalorizá-la”, o que nos atiraria “para uma década de negociação de acordos para reconquistar acesso ao mercado da União”.

A sua alternativa seria um a “grande valorização”¹⁰, que outros entendem que “não é alternativa porque não pode ser mais do que um complemento à austeridade” e, pelo contrário admitindo a hipótese de saída do euro, defende que se impõe “a recuperação da soberania monetária para termos capacidade para financiar a expansão

⁸ Em geral, CONDESSO, F. -*Ordenamento do Território: Administração e Políticas Públicas, Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional*. Lisboa: ISCSP, 2005.

⁹ Série de tratados entre a Comunidade Económica Europeia e os Estados-membros da Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) que não entraram nesta, hoje UE, com exceção da Suíça.

¹⁰ Auto-valorização do país em termos financeiros, económicos e democráticos: TAVARES, Rui – “A Grande Valorização”. *Público*, 15 de maio de 2013 e <http://ruitavares.net/textos/a-grande-valorizacao>.

orçamental necessária, com controlos de capitais e substituição de importações, com “denúncia do memorando” e “defesa da grande reestruturação da dívida”¹¹.

É sabido que discordamos de soluções neoconservadoras de reforço institucional da ortodoxia orçamental, ou que valorizem a visão liberal da economia pelo lado da oferta, ou a abordagem recessiva atual e portanto a manutenção dos termos do memorando ou a mera saída da zona euro.

Pelo contrário, defendemos que deve propor-se a renegociação da dívida no conteúdo e no tempo, com alteração profunda do memorando¹²; que a opção europeia e a nacional, com apoio europeu, terá de se pautar pela visão keynesiana de soluções pelo lado da procura, com adaptações, a exigir pelos países em dificuldades, ao direito europeu face à sua macro-abertura liberalizante de todos os mercados.

Em si, a solução não está em ficar no euro, mas também não está em sair do euro para entrar na soberania monetária nacional, ligada a um espaço de novo isolado, o que seria de consequências difíceis de medir no imediato e a prazo; embora, independentemente do precedente do tratado de saída da região dinamarquesa da Gronelândia¹³, não aceitemos que as negociações demorassem uma década, afirmação sem base de comprovação e longe dos termos (não muito distintos do previsto dos artigos I-60.º e III-325.º do projeto de Tratado Constitucional¹⁴), do atual artigo 50.º do Tratado de Lisboa, referente à secessão da UE, a seguir adaptadamente no caso da zona euro; estar-se-ia desligado no prazo máximo de 2 anos, tudo dependendo da dificuldade da negociação face ao que Portugal quisesse manter em termos de UE; mas seguramente uma década, como refere Rui Tavares, nunca poderia ser.

¹¹ RODRIGUES, João –“A Grande Derrota”, *Público*, 28 de maio de 2013 e <http://ladroesdebicicletas.blogspot.pt/2013/05/a-grande-derrota.html>.

¹² Vide CONDESSO, F. –“Portugal, o Governo português, o FMI, o BCE e a EU: abordagem politológica da anatomia e anomia do desenrolar da crise. In *Troika Ano II*, Almedina-70, p.203-217

¹³ "Greenland Out of E.E.C.", *New York Times*, 4 February 1985; “European law mentioning Greenland Treaty”: [://www.ecb.int/home/html/lingua.en.html](http://www.ecb.int/home/html/lingua.en.html). Depois de um *referendum*, o território deixou a CEE em 1985, mas continua ligada aos tratados europeus através da [Associação dos Países e Territórios Ultramarinos](#) com a UE, nos termos do Tratado de 1984.

¹⁴ O Estado secessionista notifica o Conselho Europeu da vontade expressa, nos termos da sua Constituição, de se separar da União, sendo negociado com o Conselho um acordo de saída (devido à complexidade do processo, especialmente quanto ao abandono da zona euro), por este aprovado por maioria qualificada, após aprovação do Parlamento Europeu), definindo os termos da futura relação com a UE. Os Tratados europeus deixariam de ser aplicáveis a esse Estado a partir da data do acordo ou, na falta desta, dentro de dois anos a contar da notificação, a menos que o Estado como o Conselho concordar com a prorrogação desse período. Nada impede que o Estado secessionista volte, posteriormente, a negociar uma reentrada na EU, integrando-se ou não na Zona Euro.

Explicamo-nos.

Partimos da premissa de que a saída, sem mais, de um membro da zona euro implicaria graves problemas quanto à sua dívida externa e não só, e não apenas a vantagem da recuperação dos instrumentos de política monetária e cambial para ultrapassar os seus desequilíbrios macroeconómicos; e de que a própria União Europeia não deixaria de perder credibilidade internacional e colocar em causa internamente a finalização da construção da sua união (federação), o que implicaria a desagregação da UE¹⁵.

Há uma linha de soluções dentro do *sonho inicial franco-alemão, paneuropeísta e federalizador* (de inspiração social-democrata e democrata-cristã do pós-guerra) e uma outra, de solução geograficamente menos ambiciosa (só fruto do desespero contra um dado *européismo nortista hegemizador dos tempos modernos*, que, não sendo mais possível o da via bélica, da França napoleónica do início do século XIX ou da Alemanha hitleriana de meados do século XX, agora vem pela via do, não imparcial, *jogo económico-social dos Estados ricos do Norte*).

6. Federação paneuropeia ou federação suleuropeia?

Seguir por qualquer delas, implica que os países do Sul e periféricos avancem determinados à partida na hipótese de levar avante qualquer um destes dois tipos de soluções, sendo uma supletiva, alternativa do outro.

Primeiro, a mais desejável, panfederalista, mas que, pela história do pós-guerra e do presente, parece impossível, pelo menos sem grande pressão sobre o conjunto europeu, e daí a outra, ela própria também não possível sem a mobilização do conjunto dos países “descamisados” da UE.

Vejamos as duas soluções.

Primeira, uma proposta de aprovação de uma Constituição Europeia, com alteração do *status quo*, desde logo nos seguintes domínios: BCE passar a Reserva

¹⁵ TRAVASSOS, Ana Isabel Goulão Salvado - “A Saída Voluntária de um Estado membro da Zona Euro (e UE): Caso Concreto de Portugal”. Tese. Universidade Nova de Lisboa, setembro 2011, [http://run.unl.pt/bitstream/10362/7165/1/A%20Sa%C3%ADda%20Volunt%C3%A1ria%20de%20um%20Estado%20membro%20da%20Zona%20Euro%20\(e%20UE\).pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/7165/1/A%20Sa%C3%ADda%20Volunt%C3%A1ria%20de%20um%20Estado%20membro%20da%20Zona%20Euro%20(e%20UE).pdf)

Central Europeia, com lógicas, funcionais e atributivas federais, com participação de representantes da banca (privada) de todos os Estados, podendo emprestar também diretamente aos Estados e outros entes públicos, garantir dívidas dos Estados, emitir eurotítulos.

A UE pautar-se por modelos de pagamentos indolores de dívida pública, segundo lógicas de taxas de crescimento económico, com implicações renegociadoras quanto às atuais dívidas dos Estados. E clausulando exceções às regras liberalizadoras para os Estados menos ricos, em situações de destruição de sectores axilares da sua economia, com políticas de dinamização das economias mais frágeis e transferências financeiras significativas, saídas de um significativo orçamento federal, a favor dos Estados com menor desenvolvimento e balanças de pagamentos cronicamente deficitárias.

Renegociando-se alterações face às regras da UE e dos tratados de adesão, com a possibilidade das exceções às regras gerais até os Estados menos desenvolvidos atingirem níveis de competitividade real e desenvolvimento económico semelhante ao dos Estados ricos.

Mas, para esta solução sempre adiada vencer, é necessária a criação de uma *estrutura frentista* dos países do Sul e ter como pano de fundo negocial, já pensada simultaneamente, uma possível solução alternativa: *sessecionista-constitutivista*.

Assente num *quadro voluntarista comum* desde logo dos países latinos, ideologicamente e temporalmente realizável (no curto prazo, sem hiato face à desvinculação da UE), para ter sobre a mesa da negociação da solução anterior o cutelo credível da execução desta hipótese alternativa.

Esta solução, se inviabilizada a primeira (federação pan-europeia, com base na atual EU), passaria pela realização de um *referendo conjunto simultâneo* sobre a saída do Euro e a secessão da UE por parte dos “países frentistas”, visando a constituição de uma federação do sul europeu, com *comuns políticas fundamentais* para o seu êxito futuro (económica, social, de segurança externa, fiscal, monetária, com uma zona de nova moeda comum: uma Reserva Federal e um euro do sul europeu, desvalorizado face ao atual euro -de parte- da atual UE).

Bibliografía

CONDESSO, Fernando -“Portugal, o Governo português, o FMI, o BCE e a EU: abordagem politológica da anatomia e anomia do desenrolar da crise. In *Troika Ano II*, Almedina-70, p.203-217; -*Derecho de acceso de los ciudadanos a la información. Cuestiones y fundamentos politológicos, económico-financieros, comunicacionales y ambientales*. Tomo I, EUA, RU, Tubingen: LAMBERT ACADEMIC PUBLISHING GMBH & CO. KG, março de 2012, p.646; -*Ordenamento do Território: Administração e Políticas Públicas, Direito Administrativo e Desenvolvimento Regional*. Lisboa: ISCSP, 2005.

CONDESSO, Ricardo -*Las Estructuras de Gobernación en Portugal ante Las Asimetrías de Desarrollo Territorial. ¿Qué Modelo Seguir?*. Tese doctoral.BUNEX, 2012.

REINHART, Carmen; KENNETH ; ROGOFF, -“This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly”. <http://press.princeton.edu/titles/8973.html>

RODRIGUES, João -“A Grande Derrota”, *Público*, 28 de maio de 2013 e <http://ladroesdebicicletas.blogspot.pt/2013/05/a-grande-derrota.html>.

TAVARES, Rui - “A Grande Valorização”. *Público*, 15 de maio de 2013 e <http://ruitavares.net/textos/a-grande-valorizacao>.

TRAVASSOS, Ana Isabel Goulão Salvado -“A Saída Voluntária de um Estado membro da Zona Euro (e UE): Caso Concreto de Portugal”. Tese. Universidade Nova de Lisboa, setembro 2011, [http://run.unl.pt/bitstream/10362/7165/1/A%20Sa%C3%ADda%20Volunt%C3%A1ria%20de%20um%20Estado%20membro%20da%20Zona%20Euro%20\(e%20UE\).pdf](http://run.unl.pt/bitstream/10362/7165/1/A%20Sa%C3%ADda%20Volunt%C3%A1ria%20de%20um%20Estado%20membro%20da%20Zona%20Euro%20(e%20UE).pdf)